

Nessa semana, o Instituto Brasileiro de Atuária posicionou-se mais uma vez quanto ao processo regulatório brasileiro. Dessa vez, o tema da manifestação é o Projeto de Lei nº 1.542/20 que, entre outras propostas, define que os planos de saúde teriam seus reajustes suspensos por 120 dias - determinação que valeria tanto para os regulares quanto para os de reenquadramento etário. “A proposição traz relevante desequilíbrio atuarial e o IBA não poderia ficar calado”, garante a diretora de Saúde do Instituto, Raquel Marimon.

O IBA encaminhou documentação em que justifica seu posicionamento tanto para a Câmara dos Deputados, quanto para a própria Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). “Prestamos várias e necessárias informações ao Parlamento e nos colocamos à disposição para esclarecer esses aspectos de risco e equilíbrio atuarial”, explica.

Em relação à ANS, o IBA indicou os dispositivos normativos que se tornam afetados e iriam merecer ajustes, naquilo que está previsto nesse PL, como de responsabilidade da ANS e equalização desse cenário passados os 120 dias.

LEIA NA ÍNTEGRA:

[Posicionamento IBA frente ao Projeto de Lei nº 1542/2020 - ANS](#)

[Posicionamento IBA frente ao Projeto de Lei nº 1542/2020 - Câmara de Deputados](#)

[Projeto de Lei nº 1.542/20](#)

Fonte: IBA, em 23.06.2020